

Crise na saúde motiva MPE a instaurar 79 ações civis contra o Estado, FHS e município

COOI

Segundo o Sindimed, precariedade na rede pública de Sergipe se arrasta há anos. O caos chegou ao ápice quando seis cirurgiões pediatras pediram demissão dos seus cargos do HGJAF alegando não haver condições de trabalho em todos os setores do hospital



MINISTÉRIO PÚBLICO
DO ESTADO DE SERGIPE
SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO
E DE

A saúde pública de Sergipe já passou por todas as alas possíveis e, hoje, já se encontra na Unidade de Terapia Intensiva (UTI). E ela está agonizando, pedindo socorro. Faltam medicamentos, material hospitalar, equipamentos e leitos. Além disso, ainda há a superlotação, escalas incompletas em unidades, profissionais sobrecarregados, montantes de dívidas que ultrapassam os milhões e que fizeram, por exemplo, com que o Hospital Santa Isabel fechasse o plantão por um dia, e o Hospital Cirurgia cancelasse as cirurgias, o que está mantido até o momento. E nesta semana, para agravar ainda mais a situação, cirurgiões pediátricos pediram demissão do Hospital Governador João Alves Filho (HGJAF). De fato, a crise e o caos se instalaram na saúde. Para se ter uma ideia da problemática, de 2010 até o início deste ano, o Ministério Público Estadual (MPE) instaurou 79 ações civis públicas contra o Estado, a Fundação Hospitalar de Saúde (FHS) e o Município.

E as ações circulam pelas questões mais variadas possíveis. Tem sobre o desabastecimento nas unidades do Estado, ao pedido da retomada do Estado no gerenciamento do HGJAF e da

Maternidade Nossa Senhora de Lourdes (MNSL) a recomposição do Fundo Municipal de Saúde. Segundo a promotora de Saúde do MPE, Euza Missano, todos os problemas encontrados atualmente na rede, tanto do Estado quanto do Município, são gravíssimos e cíclicos. Ou seja, já são crônicos.

“Temos todas essas ações ativas e mesmo assim a desassistência continua grande. O pior é que são problemas antigos, cíclicos, que se tornaram crônicos. O desabastecimento, por exemplo, nas unidades do Estado e a falta de oferta de exames e consultas no Município vêm de muito tempo. O MPE tenta as tratativas com o Estado e o Município, quando não consegue resultado amigável, ajuíza a ação e ainda assim os problemas continuam e cada vez mais graves. Tanto que o número de ações podem comprovar isso. Apesar de todo o trabalho e luta do MPE, onde às vezes a liminar é concedida, porém não é cumprida totalmente ou há recurso e a liminar é suspensa, as irregularidades persistem e a população está sofrendo muito com falta de uma assistência digna”, disse.

Ainda de acordo com ela, todas as ações ajuizadas pelo MPE têm a sua importância, no entanto, entre elas, há duas que são macro, mais abrangentes e que podem fazer toda a diferença neste momento complicado por qual passa a saúde de Sergipe. As duas são em favor do Estado. “Em 2012, o MPE pediu a intervenção do Estado no HGJAF, o qual faria com que a Secretaria de Estado da Saúde voltasse a gerenciar o hospital, saindo da responsabilidade da FHS



SEGUNDO O CIRURGIÃO PEDIATRA SEBASTIÃO DUARTE, A ESCALA DE PLANTÃO VEM REDUZINDO NOS ÚLTIMOS ANOS

Mas o Tribunal de Justiça não acatou o pedido e no final do ano passado pedimos a intervenção federal. Na verdade o Estado precisa voltar a gerenciar a MNSL e o João Alves, que são as estruturas que mais dão problema. E a outra ação é a recomposição do Fundo Municipal de Saúde, porque o Estado deve valores altos ao Município e isso causou um estrangulamento na assistência de Aracaju. O Município contrata os serviços, como os do Santa Isabel e do Cirurgia, mas não faz o repasse das verbas, porque o Estado está devendo a ele. Aí ocasiona impacto no sistema, corte nos atendimentos e em meio a dívidas, a população continua sofrendo”, afirma.

• Demissões e dívidas

Somente nesta semana, duas situações reforçaram ainda mais o caos que se encontra na saúde. O pedido de demissão de quatro cirurgiões pediatras do HGJAF, por causa da precariedade das condições de trabalho, restando apenas dois em atividade, e a suspensão das cirurgias que seriam realizadas através do Sistema Único de Saúde (SUS) no Hospital de Cirurgia, onde o cancelamento foi devido à falta de repasse de verbas do Município. A dívida chega a um pouco mais de R\$ 4 milhões.

As duas situações foram alvo de audiências públicas no MPE. Sendo que o órgão ajuizou mais uma ação civil pública contra o Município, referente às dívidas existentes com o Cirurgia, e também com o Hospital Santa Isabel e Hospital do Coração, e estabeleceu prazos para a FHS contratar mais cirur-

giões pediatras, para abastecer o setor com medicamentos e para também negociar com os profissionais que pediram demissão, para que haja a possibilidade deles retornarem ao trabalho.

Segundo o cirurgião pediatra Sebastião Duarte, do HGJAF, a escala de plantão vem reduzindo nos últimos anos, o que ocasiona a sobrecarga de trabalho. Ele diz ainda que faltam também na urgência da pediatria medicamentos e material hospitalar. “A situação da criança e do adolescente que necessita de cirurgia no hospital é precária. Fora a sobrecarga de trabalho, tem também a falta de remédios, materiais e os problemas estruturais, como a infiltração nas paredes. Buscamos várias vezes a Fundação, mas como não houve melhorias o jeito foi pedir demissão”, afirma. E a médica infectologista do HGJAF, Manoela Santiago, alerta sobre a falta de antibióticos na unidade, podendo causar sérios problemas a pacientes. “O desabastecimento de antibióticos continua e isso é grave, principalmente, para os pacientes que apresentam bactérias multirresistentes. Às vezes tem paciente que fica sem tomar o remédio, mesmo porque não tem”, conta. Quanto ao desabastecimento, de acordo com Wagner Andrade, diretor operacional da FHS, o órgão reconhece o problema. Sobre os cirurgiões pediatras, ele diz que a escala será mantida com seis médicos e o órgão irá buscar a contratação de mais outros profissionais. “Já conseguimos mais dois cirurgiões pediatras, e vamos ter a escala com seis médicos para a urgência. No entanto, buscaremos mais



■ Hospital Governador João Alves Filho é a unidade com mais números de reclamações

profissionais para formar 14 cirurgiões”, informa.

Com relação às dívidas do Município com o Hospital de Cirurgia, de acordo com Gilberto Santos, diretor da unidade, enquanto o repasse das verbas não for feito, as cirurgias continuarão suspensas. Por dia, o hospital faz em média 40 intervenções. “O Município tem dívida com a gente do ano de 2012. As dificuldades de manter a unidade aberta são grandes e, por enquanto, estão suspensas apenas as cirurgias, mas estamos correndo o risco de paralisar todas as atividades do hospital”, declara.

Apesar de o Município reconhecer a dívida tanto com o Hospital de Cirurgia, Santa Isabel e Hospital do Coração, ainda não há um prazo definido para quitar os débitos. “Sabemos das dívidas, mas o Estado tem um débito de R\$ 19 milhões com a Secretaria Municipal de Saúde, e enquanto

o repasse dessa verba não for feito, não temos como pagar as três unidades contratadas. Infelizmente, essa é a realidade”, disse Edilene Rocha, coordenadora financeira do Município.

Devido à informação dita durante audiência no MPE de que o Município não tem prazo para quitar as dívidas, o órgão ajuizou nesta última semana mais uma ação civil pública, pedindo que os repasses sejam feitos com urgência. “É um problema grave. O Município não está fazendo o repasse das verbas e as contratadas estão sem pagar os fornecedores e funcionários. E, mais uma vez, a população fica prejudicada, já que o Hospital de Cirurgia cancelou as intervenções”, afirma a promotora Euza Missano.

• Oncologia e postos de saúde

E os pacientes que estão sendo prejudicados corriqueiramente com a crise na saúde são os por-



ESTADO DE SERGIPE
PROCURADORIA GERAL DE JUSTIÇA
COORDENADORIA DE COMUNICAÇÃO
RECORTE DE JORNAIS



FOTOS: DIOGENES DIACS

■ **Euza Missano:** "Toda a sociedade sente o impacto da desassistência, mas os de oncologia são mais vulneráveis"

tadores de câncer, que fazem tratamento no HGJAF. Para a promotora da Saúde, toda a população é atingida, mas os enfermos da oncologia são mais vulneráveis e uma interrupção na assistência pode agravar o estado de saúde dessas pessoas.

"Toda a sociedade sente o impacto da desassistência, mas os pacientes da oncologia são mais vulneráveis e é preciso correr contra o tempo. Se houver uma interrupção no tratamento, o prejuízo para ele é mais grave e a doença tende a evoluir. São pacientes de risco, que muitas vezes ficam sem receber radioterapia por problemas no equipamento ou sem remédio por causa do desabastecimento. Por isso, sem dúvida, eles estão entre os mais atingidos com a crise e o MPE tem ações relacionadas diretamente aos pacientes da oncologia", declara Euza Missano.

No mês de novembro do ano passado, por exemplo, o proble-

ma no fornecimento da oncologia do Hospital João Alves veio, mais uma vez, à tona. Pacientes que fazem uso contínuo do remédio Desatinibe ficaram meses sem conseguir pegar o medicamento na unidade de saúde. Segundo o padre Marcos Antônio, da paróquia de Nossa Senhora do Socorro, o desabastecimento é frequente.

"O hospital disponibiliza o remédio durante um tempo e depois volta a faltar. E quando os pacientes da oncologia ficam sem o medicamento é um verdadeiro desespero, porque sem ele a doença se agrava. Precisamos do Desatinibe para sobreviver e controlar o câncer, por isso, não podemos ficar sem ele", disse.

Na época, a assessoria de comunicação do HGJAF, informou que a Fundação Hospitalar de Saúde já havia feito a compra do remédio, e estava esperando chegar. E esclareceu que a falta se deu porque trata-se de um medicamento

de altíssimo custo e que não se encontra com facilidade no Estado.

Já nos postos de saúde do Município, a reclamação dos usuários também é grande e a maioria é sobre a demora na marcação de exames e consultas e também as escalas das unidades, que estão constantemente incompletas. Segundo Michele Dantas, auxiliar administrativa, ela tenta agendar um exame há quatro meses na Unidade de Saúde da Família Onésimo Pinto, localizada no Bairro Jardim Centenário, mas não consegue. "Perdi as contas de quantas vezes fui ao posto tentar marcar um exame. Toda vez me dão uma desculpa. Mandam eu vir num dia, depois no outro, e até de madrugada, mas não consigo. A população está indignada mesmo, com essa desassistência da rede de Aracaju, e estão desrespeitando a sociedade", declara.

Outra pessoa que também reclama da dificuldade em se conseguir marcar um exame é o ajudante de pedreiro Valmir dos Santos. Ele conta que já foi várias vezes à Unidade de Saúde da Família Lauro Dantas Horas, no Conjunto Bugio, no entanto, nada é resolvido. "Preciso fazer um exame na esteira e não consigo marcar. Dizem que não tem vaga. Essa novela já dura seis meses. Estão brincando com a saúde dos sergipanos", disse.

Sobre a questão da rede de saúde de Aracaju, a ex-secretária Municipal de Saúde, Goretti Reis, que deixou o cargo na última quarta-feira, 16, esclarece que se o Estado fizesse o pagamento da dívida que tem com o Município, que é de R\$ 19 milhões, e se

Aracaju não estivesse sendo responsabilizado por atendimentos que não deveria ser dele, a situação poderia não ter chegado a esse estrangulamento.

"Se o Estado fizesse o repasse do valor que deve, conseguiríamos quitar as dívidas que o Município tem com as unidades contratadas e seria possível investir mais na rede e oferecer mais exames e consultas, por exemplo, como a população precisa. Outro problema é que Aracaju está com uma sobrecarga de atendimentos. Em 2003, o Município fazia 52% das internações hospitalares, mas perdemos recursos ao longo dos anos, a população cresceu e em 2013 Aracaju já estava fazendo 62% das internações do Estado. O resultado disso foi uma completa desestabilização do sistema, causando um estrangulamento na oferta. E sabemos realmente que é preciso fazer concurso público para a contratação de mais profissionais para a rede" explica.

• **Sindicato**

A crise pela qual a saúde de Sergipe passa, onde estão envolvidos diversos problemas que se arrastam há meses e até anos, prejudicando a assistência à população, também é confirmada pela categoria dos médicos. E para o presidente interino do Sindicato dos Médicos de Sergipe (Sindimed), José Menezes, a situação é tão grave que pode se falar em genocídio. "Falar que a saúde de Sergipe está passando por um caos é ser otimista. Estamos enfrentando um verdadeiro genocídio e não é de agora. Vem de anos. Tem problemas na MNSL,

no Santa Isabel, Cirurgia, Hospital João Alves, postos de saúde e unidades do interior do Estado, que são extremamente graves e que vão desde a falta de medicamentos a problemas estruturais e sobrecarga de trabalho dos profissionais. A situação é precária mesmo, e muito preocupante. Trabalho ainda no SUS e vejo pessoas que não têm condições financeiras pagarem por uma consulta ou um exame, porque já não aguentam mais esperar pela rede pública. Se nada for feito vamos perder muitas vidas”, ressalta. Ainda de acordo com ele, o problema da saúde pública está nos gestores. “Enquanto não tivermos gestores comprometidos e que tomem a frente da situação e lutem para melhorar a saúde do Estado, não vamos ter avanços. Estamos cansados de gestores que não vestem a camisa. A saúde pública está esquecida. Esperamos que com esse Gabinete de Crise, criado pela SES, alguma coisa aconteça. Ao contrário, a tendência é a população ficar cada vez mais sem assistência. O pior é que corre-se o risco de haver uma contaminação com o pedido de saída dos cirurgiões pediatras do HGJAF. Se mais profissionais saírem, como vai ficar o serviço no hospital?”, questiona.

• Gabinete de Crise

Por causa da complicada fase que está passando a saúde pública do Estado, principalmente, diante da superlotação da Utin, da MSNL, a secretária de Estado da Saúde, Joélia Silva, informou no dia 10 deste mês a criação do Gabinete de Crise, onde todas as unidades sob gerenciamento da

“

Estamos enfrentando um verdadeiro genocídio e não é de agora”

José Menezes |
Presidente Interino do Sindimed

FHS deverão manter a SES informada de todo o funcionamento do serviço. “Vamos enfrentar de imediato a situação, mas tranquilizo a população de que a formação desse instrumento não significa que estejamos em crise em nossas unidades sem condições de fazer as atividades necessárias para garantir a saúde e a segurança do paciente. O Gabinete foi instalado justamente para prevenir que isso aconteça”, esclarece.

Embora a SES tenha anunciado a criação do Gabinete, a promotora de Saúde do MPE, Euza Missano, ressalta que caso seja necessário, o órgão poderá ajuizar ainda mais ações contra o Estado e Município. “Temos recebido constantemente denúncias contra a saúde pública. A população está sofrendo com a qualidade dos atendimentos e isso não pode continuar. As pessoas precisam é de uma assistência digna, o que não tem sido dado. Por isso, se não houver melhorias e se for necessário, o MPE poderá ajuizar mais ações contra o Estado e também o Município”, conclui.